


## PERSPECTIVAS DE CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE RENDA BÁSICA NO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO A ÓTICA DOS CARIOCAS

THE BASIC INCOME IN RIO DE JANEIRO, FROM THE PERSPECTIVE OF THE LOCALS


**Jimmy Medeiros**

 <https://orcid.org/0000-0002-8280-3338>

**Correspondência:** jimmy.medeiros@fgv.br


Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

**José Antônio Perez Rojas Mariano de Azevedo**

 <https://orcid.org/0000-0002-7736-1336>


Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

**Philippe Guedon**

 <https://orcid.org/0000-0003-4221-3306>

Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

**Mario Luiz Soares Pinto Filho**

 <https://orcid.org/0009-0001-4686-5240>

Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

**DOI:** 10.12957/cdf.2025.90966

**Recebido em:** 4 abr. 2025 | **Aceito em:** 10 set. 2025

### RESUMO

No Estado do Rio de Janeiro foram criadas nove políticas municipais de transferência de renda por meio de moedas sociais locais emitidas por bancos comunitários. Em 2024, a Câmara de vereadores da capital fluminense passou a debater a criação do programa ‘carioquinha’, política que segue o modelo dessas iniciativas do interior do estado. Aproveitando que nas outras cidades as experiências têm tido destaque, o presente artigo busca debater a percepção do cidadão carioca sobre esta modalidade de política pública. Para isso, o trabalho se vale de dados de um survey realizado com moradores da cidade do Rio de Janeiro para desenvolver uma análise a respeito da percepção dos cariocas sobre o projeto da política de renda básica municipal. Há mais apoio na implementação da política analisada pelos cariocas do que a sua rejeição e, além disso, a pesquisa identificou que quanto mais jovem é o entrevistado, maior é o apoio depositado à política. Este apoio é maior dentre os cariocas com inserção insegura no mercado de trabalho.



**Palavras-chave:** Renda básica; proteção social; opinião pública; survey; Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

In Rio de Janeiro, nine municipal income transfer policies were created through local social currencies issued by community banks. In 2024, the city council of the capital of Rio de Janeiro began to debate the creation of the ‘carioquinha’ program, a policy that follows the model of these initiatives in the interior of the state. If experiences have been highlighted in other cities, this article seeks to debate how Rio citizens perceive this public policy. To achieve this, the work uses a survey with residents of the city of Rio de Janeiro to develop a descriptive analysis of the perception of Rio de Janeiro residents about the municipal basic income policy project. There is more support for the implementation of the policy analyzed by cariocas than there is rejection of it and, in addition, the research identified that the younger you are, the greater the support.

**Keywords:** Basic income; social protection; public opinion; survey; Rio de Janeiro.

## 1 INTRODUÇÃO

A composição dos sistemas de proteção social muda ao longo do tempo e tende a ser definida pelas disputas políticas travadas, pela força e pela atuação dos movimentos sociais e das diferentes instituições da sociedade civil, assim como pelas composições político-eleitorais nos parlamentos nacionais. Isso é fundamental para explicar a configuração dos diferentes modelos de proteção social verificados nos países do mundo (Fleury, 1994).

Nos últimos anos, a agenda brasileira de mudança dos mecanismos que compõem o sistema de seguridade social afetou a Previdência Social, ora tensionando seu regime próprio, destinados aos servidores públicos efetivos, ora impondo limitações no regime geral, direcionado aos demais trabalhadores (Fagnani, 2017; Fagnani, 2011). O financiamento da saúde pública permanece abaixo do necessário, impedindo o Sistema Único de Saúde de ser oferecido de forma plena para toda a população, forçando parte dela a tentar encontrar maior segurança no sistema privado (Bahia, 2009).

Por outro lado, a Assistência Social tem sido uma área em expansão no sistema de seguridade social, uma vez que, desde a promulgação da Constituição de 1988, seus mecanismos têm sido constantemente ampliados (Lavinias, 2013).

Por exemplo, a aposentadoria rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) representaram inovações para o campo e permitiram oferecer maior segurança à população à margem do mercado de trabalho e ausente do sistema formal de proteção

social. O BPC, que transfere todo mês o valor de um salário-mínimo às pessoas com deficiência e idosos com 65 anos ou mais de idade que comprovem não possuir meios de se sustentar e estejam inscritos no Cadastro Único, se consolidou como um direito ao brasileiro.

Ao mesmo tempo, as políticas de transferência de renda não contributivas, focalizadas e com exigência de condicionalidades ganharam centralidade no sistema de proteção social com o Programa Bolsa Escola (2001 a 2003) e o Programa Bolsa Família (PBF) (2003 a 2021 e de 2023 em diante) (Teixeira, 2010). E, entre 2020 e 2021, funcionou no Brasil o Auxílio Emergencial<sup>1</sup>, uma política nacional de transferência de renda à população tida como vulnerável. Ela foi criada durante a pandemia da Covid-19 para mitigar os efeitos econômicos daquele contexto<sup>2</sup>, todavia, o benefício teve seu valor alterado durante o período de funcionamento da política e, mais grave, teve o fluxo de transferência interrompido por 3 meses, no início de 2021, gerando insegurança aos beneficiários em momento de grandes incertezas. todavia, o benefício teve seu valor alterado durante o período de funcionamento da política e, mais grave, teve o fluxo de transferência interrompido por 3 meses, no início de 2021, gerando insegurança aos beneficiários em momento de grandes incertezas.

Em âmbito municipal, essas iniciativas de transferência de renda também têm tido destaque. Nos anos 1990, os programas de garantia de renda mínima implementados, principalmente, no interior do estado de São Paulo se configuraram como inovações institucionais para o país e auxiliaram na construção do campo da Assistência Social (Draibe, Fonseca, Montali, 1998). Senna, Burlandy, Monnerat, Schottz e Magalhães (2007) apontam que essas experiências municipais dos anos 1990 tinham foco no combate à pobreza, na erradicação do trabalho infantil e na melhora do perfil da escolarização da população. Ao cabo, as experiências com os desenhos dessas políticas municipais foram úteis para consolidar o modelo do PBF implementado em 2003.

---

<sup>1</sup>O “Auxílio Emergencial” transferiu 17 parcelas do benefício, porém o valor nem sempre foi igual (inicialmente foi de R\$600,00 e depois passou para R\$200,00), sendo que no início de 2021 a política ficou três meses sem transferir renda aos beneficiários. Fonte: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/em-novo-recorde-mais-de-21-6-milhoes-de-familias-recebem-o-auxilio-brasil-em-dezembro>.

<sup>2</sup>O Auxílio Emergencial não exigia contrapartidas aos beneficiários e ganhou destaque pelo valor do benefício transferido - alcançou o valor de R\$600,00 mensais - e pela cobertura alcançada: 34,4 milhões de famílias beneficiárias. Fonte: <https://g1.globo.com/economia/auxilio-emergencial/noticia/2021/11/19/auxilio-emergencial-calendario-do-beneficio-termina-com-liberacao-de-saques-da-ultima-parcela-a-nascidos-em-dezembro.ghtml>.

Na última década, novamente, é possível verificar a criação de novos mecanismos municipais de transferência de renda do campo da Assistência Social, todavia, recentemente, algumas destas políticas passaram a ser denominadas como política de Renda Básica de Cidadania (RBC), assim como na Lei nº10.835/2004<sup>3</sup>. Outra inovação apontada é o benefício ser transferido em moeda social local, emitida por bancos comunitários municipais. Esta inovação tem o objetivo de, por um lado, reduzir a pobreza do município e, por outro, incentivar o desenvolvimento econômico da cidade ao aquecer a demanda por produtos e serviços locais (Silva, Pereira, 2023).

Atualmente, existem nove políticas municipais com esta combinação de transferência de renda em moeda social local no estado do Rio de Janeiro. A primeira foi implementada em Maricá, em 2013, seguida por Niterói, Cabo Frio e Itaboraí, em 2021, Saquarema e Iguaba Grande, em 2022, e Campos dos Goytacazes, Macaé e Rio das Ostras, em 2024. Essas iniciativas têm despertado interesse tanto da imprensa, como mostrou Medeiros (2023), como da academia, com diversos autores buscando avaliar seus resultados, conforme Waltenberg e Katz (2023) e Gama (2023).

Ainda na mesma unidade federativa, as cidades de Porciúncula, Arraial do Cabo, Tanguá, Quissamã e Rio de Janeiro, a capital do estado, também debatem a implementação de políticas similares. Valendo-se desse contexto, o presente trabalho busca compreender as percepções dos cariocas sobre esta modalidade de política pública numa perspectiva para a sua cidade. Para isso, utiliza dados de uma pesquisa de opinião pública realizada pelo Instituto Rio 21. O intuito aqui é, não só contribuir acerca da reflexão da administração pública sobre pobreza e desigualdade, mas também quanto ao uso da opinião pública para debater sobre políticas públicas (Guerra; Sáez; Barroso, 2019).

O artigo está organizado em três seções, além desta introdução. A segunda seção aborda parte da produção acadêmica publicada em periódicos nacionais com uso de pesquisas de opinião pública junto aos cidadãos brasileiros. Em seguida, tratamos especificamente das percepções do carioca sobre a criação de uma política de renda básica (RB) na capital fluminense. Por fim, são tecidas algumas considerações finais sobre a análise desenvolvida.

---

<sup>3</sup>[https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03///\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.835.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03///_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.835.htm).

## 2 OPINIÃO PÚBLICA DOS BRASILEIROS SOBRE PROTEÇÃO SOCIAL E MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Na literatura sobre o tema há trabalhos teóricos, outros baseados em simulações de custos e de possíveis impactos de mecanismos de transferência de renda e, mais recentemente, os que analisam resultados de experimentos municipais concretos.

Por exemplo, as publicações de Van Parijs (1994; 2014) e Suplicy (2003) tratam do arcabouço teórico a respeito da política pública em análise. Van Parijs (1994) define e retrata o “capitalismo de renda básica” como uma alternativa aos sistemas de proteção social em transformação no mundo com o fim do regime socialista, sendo uma opção tanto aos modelos de proteção residual, quanto aqueles sistemas que sofriam com as tensões neoliberais para oferecer cada vez menos serviços aos cidadãos. Em outra publicação, Van Parijs (2014) argumenta teoricamente a favor da renda básica de forma incondicional, defendendo que tal política, marcada pela ausência de condicionalidades, é baseada em uma concepção liberal de justiça igualitária e não discriminatória, ou seja, não deve distinguir os indivíduos por conta das suas escolhas e ações. Assim, argumenta que é direito de todos os cidadãos receber o benefício, “independentemente de sua posição, ocupação, estado civil e disposição e disponibilidade para o trabalho, é necessária para a construção de uma sociedade justa”.

Adicionalmente, Suplicy (2003) reúne argumentos filosóficos para a criação da Renda Básica, que seria sancionada no Brasil no ano seguinte da publicação acadêmica, além de abordar diferentes políticas concretas que foram colocadas em curso no país. Ademais, detalha os antecedentes políticos e o percurso programático no Brasil para a construção da Lei Federal nº 10.835/2004<sup>4</sup>, uma vez que “a instituição de uma Renda Básica Incondicional é um instrumento de política econômica que está entre os mecanismos que são consistentes com o objetivo de construir uma sociedade justa e organizada”.

Já Suplicy e Buarque (1997), Lavinias (2004) e Waltenberg e Katz (2023) tratam de opções concretas para viabilizar a renda básica. Por exemplo, Suplicy e Buarque (1997) analisam a criação do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM) em Campinas (SP), na década de 1990 e que, futuramente, seria inspiração de tantas outras iniciativas concretas disseminadas em diversos outros municípios do estado

---

<sup>4</sup>Mais detalhes sobre a Lei nº 10.835/2004 podem ser encontradas em:  
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10835&ano=2004&ato=96fUTWq1UeRpWT825>.

paulista (Draibe, Fonseca, Montali, 1998). Essa experiência foi importante para a consolidação das políticas de transferência de renda no país em direção à renda básica.

Por outro lado, Lavinias (2004) reflete sobre aspectos da universalização de direitos e aborda a Lei Federal nº 10.835/2004, recém sancionada no Brasil. A autora aponta o forte impacto que a política tende a causar na redistribuição de renda e rebate as críticas neoliberais sobre as políticas universais, tidas como “forçosamente regressivas”. Por fim, defende a criação de um mecanismo de transição das políticas focalizadas para um sistema universal, priorizando, inicialmente, a população mais vulnerável da população: as crianças.

Essas análises contribuem com simulações e/ou reflexões teóricas sobre a renda básica. Nestes casos, a voz dos cidadãos brasileiros não é considerada diretamente no debate desenvolvido. E, considerando a importância de construir um campo reflexivo multidisciplinar e com diálogos amplos e sinérgicos, é importante dar voz aos cidadãos beneficiados e não beneficiados pelas políticas sociais, ou seja, trazer a população para dentro do debate programático.

Já Waltenberg e Katz (2023) organizam uma coletânea de trabalhos em que analisam a experiência concreta de renda básica em Maricá. Os trabalhos proporcionam olhares ao banco Mumbuca e sua moeda social, bem como a comunicação desempenhada pela Prefeitura municipal em seu portal da internet, por exemplo.

Por sua vez, Lavinias, Cobo, Waltenberg, Veiga e Mendes (2014), com base em um survey nacional, abordaram o que pensam os brasileiros sobre as características das políticas sociais, em particular, e do sistema de proteção social brasileiro, de forma mais ampla. Os autores identificaram que  $\frac{2}{3}$  dos brasileiros acreditam que o Brasil deve ampliar o investimento público em saúde e educação, além de oferecer esses serviços gratuitamente para a população, portanto, fora do mercado privado.

Adicionalmente, a pesquisa abordada pelos autores aponta baixo apoio da população à “renda monetária de cidadania”, ou seja, ao mecanismo de política nacional universal de transferência de renda, similar aos parâmetros da Lei 10.835/2004. Para esta política, em particular, o questionário do survey abordou o tema em dois momentos com base na escala Lickert<sup>5</sup>. Assim, ao apresentar a afirmativa de que “toda a população deveria receber um benefício monetário do governo” obteve a discordância de 70% dos entrevistados com a afirmativa, ao passo que 19% concordaram com a ideia. Em um

---

<sup>5</sup>A escala de Lickert é um tipo de escala de resposta psicométrica usada habitualmente em questionários estruturados, sendo a escala mais usada em pesquisas de opinião no mundo.

segundo momento, ao questionar sobre o grau de concordância/discordância com a afirmativa “os benefícios monetários do governo devem ser destinados a toda a população”, obteve 54% de discordância dos entrevistados e 35% de concordância. Os dados evidenciam uma situação desfavorável para a modalidade universal de Renda Básica no país, no momento da pesquisa, ao passo que o estudo apontou grande apoio às políticas focalizadas, como o Programa Bolsa Família (Lavinás, Cobo, Waltenberg, Veiga; Mendes, 2014).

Em outra pesquisa, a partir dos dados de um survey nacional realizado pelo DataUNB, em 2008, Castro, Walter, Santana e Stephanou (2009) analisaram o que o brasileiro pensa sobre o Programa Bolsa Família. De início, os autores identificam que  $\frac{3}{4}$  dos entrevistados apontaram que o PBF “traz mais coisas boas para o país do que ruins”. Além disso, os entrevistados “reconhecem o Programa e entendem que ele está sendo utilizado de forma adequada, mesmo considerando problemas em sua execução”. Os autores identificaram uma diferença significativa na opinião daqueles que conhecem algum beneficiário do PBF frente àqueles que não conhecem.

Adicionalmente, 83% dos entrevistados apontaram que o PBF “ajuda a manter as crianças na escola” e cerca de  $\frac{3}{4}$  dos entrevistados acreditam que o PBF “ajuda a melhorar a educação das crianças”, “ajuda a combater o trabalho infantil” e “ajuda a melhorar a saúde das crianças”. Em menor medida, os entrevistados acreditam que a política de transferência de renda ajuda a “melhorar a saúde das gestantes” (64%) e “a combater a pobreza no Brasil” (65%). A pesquisa identificou ainda que 79% dos brasileiros acreditam que o PBF “faz as pessoas poderem comprar mais alimento” e esse percentual sobe para 82,5% dentre os que conhecem algum beneficiário e reduz para 72,5% dentre os que não conhecem nenhum.

Quase uma década depois, Mundin, Vidigal, Michelotti e Pinto (2019) se valem de outro survey nacional, encomendado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, para compreender também a percepção dos brasileiros sobre o Programa Bolsa Família. Os autores apontam duas variáveis como relevantes para explicar a avaliação geral do PBF: avaliação da “administração petista” do governo federal e o grau de individualismo. Assim, “quanto melhor o juízo sobre o desempenho da ex-presidente, maior era o apoio ao programa e o reconhecimento dos seus impactos positivos”. Adicionalmente, os autores apontaram que “quanto maior o individualismo do entrevistado, menor apoio é dado ao programa e o reconhecimento dos seus impactos

positivos”, evidenciando que o sentimento de coletividade e cooperação tende a reforçar a valorização dos mecanismos de proteção social.

Além disso, os autores identificam que o apoio e as avaliações sobre o PBF “variam muito”. Em um questionamento direto aos entrevistados, os autores apontam que há maior adesão à uma avaliação positiva. Por exemplo, 62% concordavam que o PBF “melhorou a vida das pessoas pobres no Brasil”, enquanto 20% discordam da afirmativa. A pesquisa identificou que 55% dos entrevistados concordavam que o PBF “ajudou na redução da pobreza no Brasil” contra 28% que discordavam. Ainda quanto aos aspectos positivos, 50% dizem que o Bolsa Família “ajudou a reduzir a desigualdade no Brasil” frente 33% dos entrevistados que discordam da afirmativa.

Por outro lado, a pesquisa identificou que os entrevistados tinham algumas concepções negativas sobre o PBF. Por exemplo, 70% concordavam com a afirmativa de que “há pessoas que recebem o Bolsa Família, mas que não deveriam receber”, ao passo que 16% discordam da afirmativa. E 58% concordavam que “aqueles que recebem o Bolsa Família ficam dependentes do governo” frente a 24% que discordavam dela. Por fim, 50% dos entrevistados em 2012 diziam que o PBF “incentiva as pessoas a terem mais filhos para receber o benefício”, ao passo que 33% discordam dessa ideia. Todavia, essa percepção negativa já foi rejeitada por outros trabalhos focados a identificar resultados proporcionados pelo PBF, como o não estímulo aos beneficiários terem mais filhos ou deixar de trabalhar (Souza, Osório, Paiva, Soares, 2019).

Embora essas três concepções sejam presentes em críticas às políticas de transferência de renda, como o PBF, Vanderborght e Van Parijs (2006) argumentam contra essas concepções equivocadas ainda bastante presentes no imaginário brasileiro e que configuram barreiras para a ampliação das políticas de transferência de renda no país em direção à renda básica.

Embora tenham sido encontradas produções acadêmicas em revistas científicas nacionais com base na percepção do brasileiro mensuradas por surveys sobre o sistema de proteção social brasileiro e o PBF, não foram encontradas publicações em periódicos nacionais com esta abordagem metodológica que tratasse da política de renda básica no Brasil. Assim, nos valem de relatórios publicados por instituições da sociedade civil e reportagens de jornais que tornaram público dados de survey sobre a percepção dos cidadãos de São Paulo a respeito da política foco deste trabalho. Por fim, acionamos um artigo em inglês sobre a política de Maricá com base num survey.

Uma publicação relevante foi produzida pela instituição Rede Nossa São Paulo<sup>6</sup> destinada para a capital do estado de São Paulo para os anos de 2018 e 2020. Em 2018, a Rede Nossa SP identificou que 55% dos paulistanos defendiam a criação de uma política de renda básica para toda a população da cidade e 30% eram contra. Já em 2020, em um ambiente de forte apoio à política por conta da necessidade de mitigar os efeitos da pandemia, o apoio à Renda Básica passou para 77% e a rejeição reduziu a 15%, apresentando um cenário mais positivo.

De interessante, essas ações, em conjunto com a atuação recente de Eduardo Suplicy na Câmara Municipal de São Paulo (2020-2022) e na Assembleia Legislativa de São Paulo (2022-2024) resultaram na criação da lei municipal nº 17.504/2020, para a criação de uma renda básica municipal, além da formação na ALESP da Frente Parlamentar<sup>7</sup> pela implementação da Renda Básica de Cidadania, que atua para viabilizar a sua implementação.

A segunda pesquisa relevante sobre a temática é conduzida por docentes e pesquisadores da Universidade Federal Fluminense juntamente com o Jain Family Institute. A investigação da Renda Básica de Maricá é baseada em métodos mistos e combina entrevistas semiestruturadas com um survey domiciliar com beneficiários e não beneficiários da renda básica maricaense<sup>8</sup>. Os autores apontam “efeitos positivos sobre o bem-estar. A renda familiar, incluindo transferências, aumentou 9%; o consumo no nível per capita não mudou significativamente, mas a família como um todo experimentou um aumento de consumo de 5%” (Balakrishnan, Costa, Haushofer, Waltenberg, 2024).

Atualmente, o benefício da política maricaense é de 200 mumbucas, uma moeda social local com paridade ao Real brasileiro, por mês para cada beneficiário. O programa maricaense atende 42,5 mil residentes na cidade, cerca de 1/3 da população total do município. Essa conjunção do valor do benefício e do tamanho da cobertura gerou grande repercussão e atraiu a atenção de pesquisadores e da mídia nacional e internacional, além de governantes de outros municípios (Medeiros, 2023; Waltenberg, Katz, 2024).

A iniciativa, implementada no município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, teve início em 2013, chamada de Bolsa Mumbuca e com configuração e funcionamento

---

<sup>6</sup>A Rede Nossa São Paulo é uma instituição da sociedade civil que busca debater temas relevantes para a cidade de São Paulo, como desigualdade, meio ambiente, mobilidade urbana, infância e juventude, por exemplo. Mais informações no site <https://www.nossasaopaulo.org.br/>.

<sup>7</sup>Fonte:<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?28/11/2023/pela-implementacao-da-renda-basica--frente-parlamentar-e-lancada-na-alesp>

<sup>8</sup> Mais informações em <https://www.maricabasicincome.com/pt/sobre-a-pesquisa>

inspirados no Programa Bolsa Família (Medeiros, Pires, 2021), uma vez que o benefício era por família. Todavia, em 2015 e 2019, o programa passou por uma reformulação para se aproximar mais da configuração de política de renda básica de acordo com a Lei Federal nº 10.835/2004. Assim, modificou o critério de renda de seleção dos beneficiários que permitiu ampliar a cobertura da política maricaense e reajustou o valor do benefício de 110 para 130 mumbucas (Silva, Silva, Waltenberg, 2020). Além disso, o benefício passou a ser individual, sendo transferido de forma regular e sem a exigência de condicionalidades. Apesar disso, ainda não logrou êxito em ter cobertura universal, mas consegue beneficiar todos os indivíduos do município registrados no CadÚnico. A experiência maricaense é importante, uma vez que acabou sendo inspiração para o desenvolvimento de iniciativas parecidas em outras cidades do estado do Rio.

### 3 OLHARES CARIOCAS SOBRE A RENDA BÁSICA ATRAVÉS DA PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

A ausência de dados nacionais e regionais sobre a percepção dos cidadãos a respeito da implementação da política de renda básica revela grande importância nos novos dados produzidos para a capital fluminense. Entre 11 e 13 de março de 2024, o instituto Rio21<sup>9</sup> conduziu a 9ª edição do monitoramento<sup>10</sup> da percepção de opinião pública dos moradores da cidade do Rio de Janeiro. O instituto Rio21 conduz, periodicamente, um survey on-line com a população carioca para monitorar a percepção da população sobre a cidade, avaliação dos governantes e temas conjunturais relevantes, como neste caso. O survey utilizado neste trabalho faz uso de questionário estruturado com duração do seu preenchimento de aproximadamente 6 minutos e uma amostra não probabilística. Na edição analisada, foram obtidas 2.303 respostas e feita, ao final, uma ponderação amostral posterior do sexo, idade em faixa e cor/raça para ajustar possíveis desequilíbrios na representatividade dos entrevistados.

---

<sup>9</sup>Instituto Rio21 é um instituto de opinião pública que tem como “missão de analisar o contexto atual de nossa cidade e, a partir deste cenário, auxiliar na construção de um futuro em que o carioca que vença os obstáculos, corrija os caminhos mal trilhados e faça justiça não somente à sua gloriosa história, mas principalmente ao enorme potencial do Rio de Janeiro, em diferentes segmentos”. Mais informações no site [www.https://rio21.org/](https://rio21.org/)

<sup>10</sup>A pesquisa foi conduzida por meio de um survey on-line entre os dias 11 e 13 de março e obteve 2.303 respostas. A amostra foi ponderada pelas características da população, tais como sexo, idade em faixa e cor/raça.

Tabela 1 – Perfil da amostra e da população pesquisada, segundo o IBGE

		Rio21	IBGE 2022
Sexo	Masculino	46%	46%
	Feminino	54%	54%
Cor ou raça	Branco	53%	45,4%
	Pardo	35%	38,7%
	Preto	12%	16%
	Índio	1%	0,1%
	Amarelo	0%	0,2%
Idade em faixa	16 a 24 anos	17%	14%
	25 a 29 anos	11%	9%
	30 a 39 anos	20%	18%
	40 a 49 anos	18%	18%
	50 a 59 anos	15%	15%
	60 anos ou mais	19%	25%

Fonte: IBGE.

Na 9ª edição do monitoramento, o Rio21 incluiu três novas questões que versavam sobre a temática da criação de uma política de Renda Básica na capital fluminense. Duas das novas perguntas eram similares às utilizadas pela Rede Nossa São Paulo<sup>11</sup>, em 2018 e 2020, além de uma questão inédita. A presente seção vai adensar a percepção do carioca sobre a política de renda básica com base nesses dados e, sempre que possível, a análise será comparativa com os dados paulistanos, considerando as devidas diferenças temporais e distinções das dinâmicas municipais.

De início, a primeira pergunta da pesquisa dimensionou se os entrevistados eram a favor ou contra a criação de uma política municipal de renda básica. A capital fluminense possui uma política de transferência de renda, chamada Cartão Família Carioca, que objetiva reduzir os níveis de pobreza e, ao mesmo tempo, incrementar a vida escolar dos beneficiários (Oliveira; Neri, 2015), mas, agora retoma a possibilidade de criação de uma política de renda básica, já discutida e aprovada no legislativo municipal, em 2020, porém não implementada. Adicionalmente, com a possibilidade de criação do programa “Carioquinha”<sup>12</sup>, o tema retorna à agenda pública e os dados da Rio21 possibilitam compreender como está o perfil da adesão e aversão à renda básica pelos cidadãos.

Cabe mencionar que ambos os mecanismos não são modalidades excludentes, ficando à cargo dos Poderes Executivo e Legislativo municipais o desenho do sistema de

<sup>11</sup>Mais informações sobre a Rede Nossa São Paulo e as pesquisas publicadas pelo instituto podem ser obtidas em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2020/12/17/77-das-paulistanas-e-paulistanos-sao-a-favor-de-renda-basica-para-toda-a-populacao/>

<sup>12</sup>Fonte: <https://diariodorio.com/carioquinha-camara-dos-vereadores-vota-proposta-da-1a-moeda-social-do-rio-nesta-quinta/>.

proteção social carioca, com os dois programas, com apenas um deles ou ainda com nenhum. Assim, em 2024, 47% dos cariocas apoiavam a criação de uma nova política de transferência de renda, nos moldes da Renda Básica como benefício em moeda social local. Por outro lado, menos de  $\frac{1}{3}$  se colocaram contrários à criação da política, portanto, uma diferença de 18 pontos percentuais (figura 1).

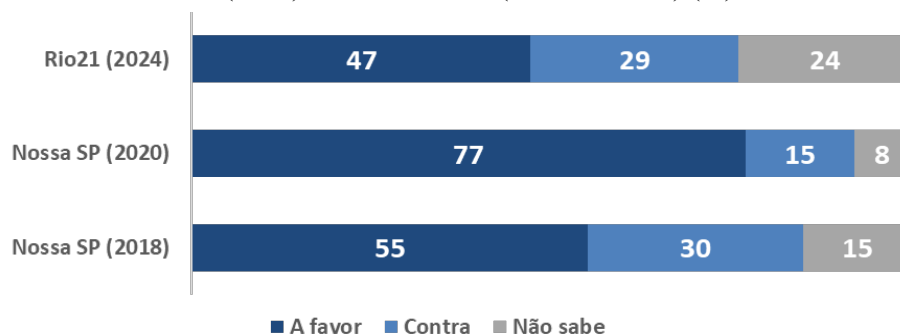
Apesar das ressalvas metodológicas, em uma perspectiva comparativa, na capital paulista essa proporção era de 55%, em 2018, e passou para 77%, em 2020, ou seja, uma adesão bem superior ao verificado na capital fluminense. Em 2020, particularmente, esse percentual mais elevado se deu por conta do contexto pandêmico e o elevado debate público e político em defesa da Renda Básica e das políticas de transferência de renda (Nettle; Johnson; Johnson; Saxe, 2021; Medeiros, 2023).

Mesmo com a limitação metodológica de estabelecer comparações de pesquisas com distintas amostras, questionários e contextos, o exercício da figura 1 é mais exploratória e busca aproveitar informações relevantes para o campo de apresentação mais sintética. Assim, ainda sobre a pesquisa da Rio21 e da Rede Nossa São Paulo, o percentual de “não sabe” é bem reduzido em São Paulo, em 2020. Isso se dá tanto pelo intenso debate sobre proteção social para mitigar os efeitos do isolamento social e da pandemia, quanto pela presença de um agente político relevante para o campo: Eduardo Suplicy (PT), ex-Senador da República, com mandato entre 1991 e 2015, atualmente é deputado estadual paulista e que sempre atuou pelo *advocacy* do tema. No Rio de Janeiro, por sua vez, não há um agente político com uma atuação política desse porte, assim como não existe um longo debate histórico na cidade pela criação da política, nem passamos por uma ampla discussão pública em favor da Renda Básica como em 2020 (Nettle; Johnson; Johnson; Saxe, 2021). Por outro lado, há uma onda fluminense de apoio à política em diversos municípios do estado (Medeiros, Diop, Araujo, Lopes, 2022).

No contexto carioca, em particular, os entrevistados residentes na região central da cidade apresentam maior apoio (62%), seguido pelos moradores da Zona Norte (52%). Já os residentes na Zona Oeste (38%) e Zona Sul (43%) têm os menores percentuais de apoio e, por outro lado, apresentam os maiores percentuais de rejeição à política, respectivamente iguais a 36% e 34%. A análise por estas 4 grandes regiões da cidade (Central, Sul, Oeste e Norte) considerou todo o conjunto de bairros do território (total de 160) presentes nas 33 Regiões Administrativas (RAs). Embora seja um agrupamento mais grosseiro, a análise pelas 4 regiões se dá mais por serem usualmente conhecidas fora da capital fluminense.

Um dado interessante é que homens e mulheres têm proporções iguais à média geral da amostra, presente na figura 1, portanto, não há diferença de gênero quanto ao apoio ou rejeição ao tema. Assim, conforme a presente pesquisa identificou, outros fatores é que são relevantes.

Figura 1 - Percepção de apoio ou aversão à criação de uma política de Renda Básica no Rio de Janeiro (2024) e em São Paulo (2018 e 2020<sup>13</sup>) (%)



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo com dados da pesquisa Rio21 (2024).

Assim como as regiões da cidade, o perfil etário dos entrevistados configura uma característica que possibilita diferenciar o maior ou menor apoio à RB, afinal, quanto maior a faixa etária dos entrevistados, menor tende a ser o percentual de favoráveis à criação da política de renda básica na cidade. Isto, pois na faixa de 16 a 24 anos há 62% de favoráveis à RB e este percentual reduz, sistematicamente, conforme aumenta a faixa etária, alcançando 36% dos entrevistados com idade acima de 60 anos (figura 2).

Em um sentido contrário, o percentual de ser “contra” a RB cresce, assim que aumenta a faixa etária dos entrevistados. Parte de 10% na faixa de 16 a 24 anos, cresce para 33% naqueles com idade entre 40 e 49 anos e alcança 41% dentre os cariocas com 60 anos ou mais de idade (figura 2). Assim, é importante que instituições da sociedade civil organizada, como ONGs, políticos e outros, depositem maior atenção na população de maior idade para disseminar as informações relevantes sobre a política pública de modo a modificar este cenário mais pessimista deste grupo etário.

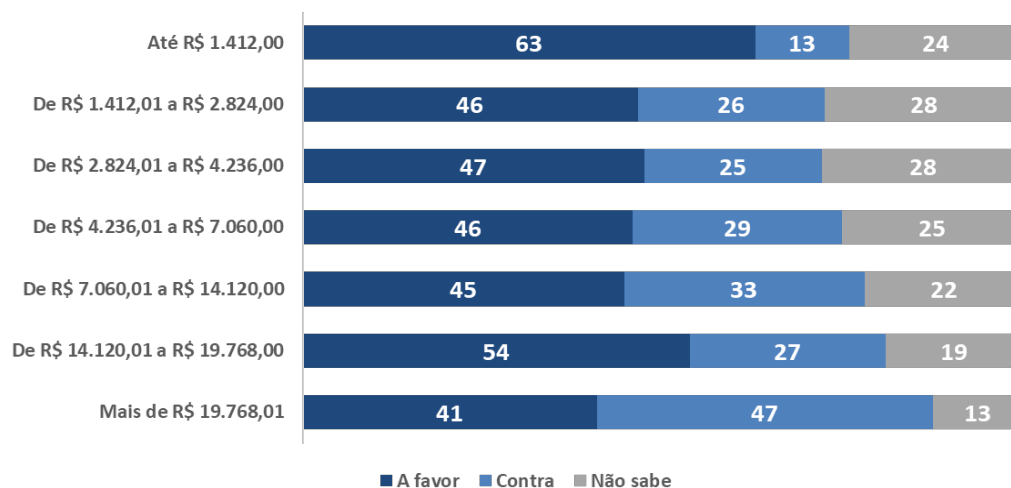
Importante destacar que até a faixa etária de 40 a 49 anos o percentual de “favorável” é sempre maior do que o percentual de “contrários” à criação da política de

<sup>13</sup>A pesquisa da Rede Nossa São Paulo foi realizada pelo Instituto Ibope e a pergunta utilizada foi: “Na Câmara Municipal de São Paulo, existe uma proposta de projeto de lei cujo objetivo é garantir uma renda básica para toda e qualquer pessoa residente no município de São Paulo, sem diferenciar a raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica. Você é a favor ou contra esta proposta de garantir um benefício de transferência de renda básica para toda e qualquer pessoa residente na cidade de São Paulo?”

Renda Básica no Rio de Janeiro. Isso evidencia o maior apoio a esta modalidade de política social, exceto dentre os dois grupos de maior faixa etária (figura 2).

A renda mensal dos entrevistados é outra característica importante para compreender melhor o apoio ou a aversão à criação da política de Renda Básica no Rio de Janeiro. Por exemplo, quase  $\frac{2}{3}$  dos entrevistados na menor faixa de renda (até R\$1.412,00) apoiam a criação da política, ao passo que no grupo de maior faixa de renda (mais de R\$19.768,01) esse percentual reduz para 41%, cerca de 22 pontos percentuais a menos. Já as faixas intermediárias têm proporções mais próximas entre si, variando entre 45% e 47% (figura 3). Importante destacar que o percentual de entrevistados que “não sabia” responder à pergunta é maior nas menores faixas de renda e ele reduz conforme aumenta a renda familiar.

Figura 3 - Apoio ou aversão à criação da política de Renda Básica no Rio de Janeiro, segundo a renda familiar mensal do entrevistado (%)



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo com dados da pesquisa Rio21 (2024).

Considerando o percentual de respostas “contrárias” à criação da política pública, o maior percentual é, justamente na maior faixa de renda e, em sentido contrário, o menor percentual de oposição é na menor faixa de renda. Assim, quem mais tem necessidade financeira tende a apoiar mais a criação da política. As categorias intermediárias apresentam a relação linear, ou seja, quanto menor a faixa de renda, menor é o posicionamento contrário à renda básica (figura 3).

Outra perspectiva para refletir sobre o apoio ou rejeição à criação de política de renda básica na cidade do Rio de Janeiro é o perfil da ocupação profissional dos entrevistados. Esta característica, com as devidas ressalvas às amplas generalizações, contribui em resumir valores e visões de mundo dos entrevistados, considerando suas

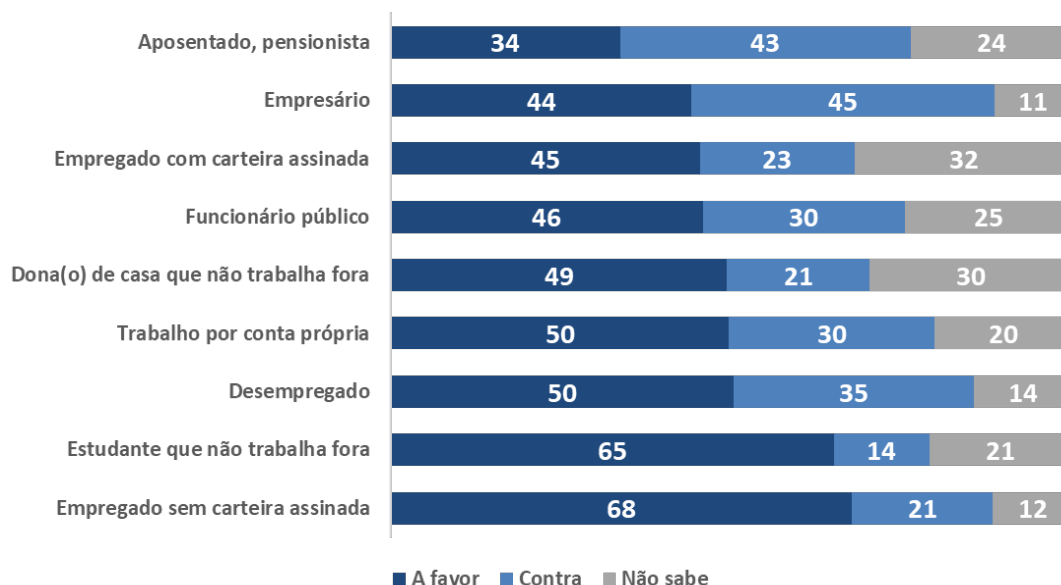
posições sociais na sociedade. É tido como uma abordagem complementar ao perfil de idade, escolaridade e renda, por exemplo.

De interessante, os perfis ocupacionais de maior segurança econômica têm os menores percentuais de apoio à criação da política. Afinal, “Aposentados e pensionistas” (34%), “Empresários” (44%), “Empregado formal” (45%) e “Funcionário público” (46%) são os perfis de menor percentual em apoio à criação da política de renda básica (figura 4).

Por outro lado, “Empregado sem carteira assinada” (68%) e “Estudante que não trabalha” (65%) têm os maiores percentuais de menções da categoria “favorável”. Enquanto o primeiro tende a ter uma situação precária no mercado de trabalho, o segundo perfil encara as incertezas do início da carreira profissional, portanto, justifica a demanda pela criação da política de renda básica para configurar uma maior segurança econômica.

Ainda de acordo com a figura 4, mais dois perfis têm menções favoráveis acima de 50% das respostas, como “Desempregado” e “Trabalho por conta própria” que, muitas das vezes, apresentam grande oscilação mensal da renda individual e, portanto, são perfis que tendem a demandar mais por um fluxo contínuo de renda mensal para ter uma maior estabilidade financeira.

Figura 4 - Apoio ou aversão à criação da política de Renda Básica no Rio de Janeiro, segundo a ocupação profissional do entrevistado (%)



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo com dados da pesquisa Rio21 (2024).

Os dados da pesquisa permitem ainda compreender a percepção dos entrevistados sobre a criação da política municipal de renda básica frente à avaliação deles sobre a

gestão da Prefeitura, em geral, e, de forma particular, com base na avaliação do trabalho da prefeitura, em geral, e o trabalho da prefeitura, especificamente, na área da assistência social, área que pode ser responsável pela implementação da política pública municipal. Isso ainda é incerto, considerando a responsabilidade empenhada nas demais cidades do estado do Rio de Janeiro.

De início, conforme a figura 5, quanto melhor é a avaliação geral da gestão da Prefeitura, maior é o apoio à criação da política municipal de renda básica proposta pelo Poder Executivo. Por exemplo, 31% dos entrevistados que consideram a gestão da Prefeitura como “péssimo” são favoráveis à criação, ao passo que 37% daqueles que consideram o governo “ruim” também são favoráveis. Esse percentual sobe para 39% entre os “regulares” e, em um degrau bem acima, alcança 59% dentre os cariocas que avaliam a gestão da Prefeitura como “bom” e sobe, novamente, para 66% dentre os que avaliam como “ótimo”.

Com padrão muito similar ao anterior, conforme melhora a avaliação dos cariocas sobre a gestão da Prefeitura na área da assistência social aumenta o apoio à criação da política de renda básica na cidade. A avaliação acurada da assistência social é interessante, pois o olhar sobre esse serviço público dialoga com a valorização do campo e dos mecanismos oferecidos à população. Com isso, de acordo com a figura 6, 33% dos entrevistados que consideram a gestão da assistência social da Prefeitura como “péssimo” são favoráveis à criação e, um pouco acima, 39% daqueles que consideram a gestão da assistência social “ruim” também são favoráveis. Em um degrau mais alto, estão os entrevistados que consideram a assistência social “regular” (53%), “boa” (59%) e “ótima” (66%).

A comparação dos percentuais de “favoráveis” e “contrários” à criação da política de Renda Básica na cidade do Rio de Janeiro dá destaque ao apoio – categoria “a favor” – ser maior que a rejeição – categoria “contra” – dentre os entrevistados que avaliam a gestão da Prefeitura. Essa superioridade de “a favor” se dá também dentre os que avaliam a gestão da prefeitura como sendo “ótimo” (+50 pontos percentuais), “bom” (+43 pontos percentuais), “regular” (+9 pontos percentuais) e, ao contrário, a rejeição é maior dentre os entrevistados que dizem que a gestão da prefeitura é “ruim” (-5 pontos percentuais) e “péssimo” (-9 pontos percentuais) (figura 5). De modo parecido, a avaliação da gestão da assistência social da prefeitura – área específica de gestão de políticas de transferência de renda no Brasil – a proporção da categoria “a favor” é superior que a proporção da categoria “contra” e, especificamente o mesmo ocorre nas categorias “ótimo” (+49 pontos

ARTIGO | Perspectivas de Criação de uma Política de Renda Básica no Rio de Janeiro,  
Segundo a Ótica dos Cariocas

percentuais), “bom” (+44 pontos percentuais), “regular” (+29 pontos percentuais) e “ruim” (+5 pontos percentuais). A proporção de “contra” supera os favoráveis apenas dentre os que consideram a gestão da assistência social como “péssimo” (-15 pontos percentuais) (figura 6).

Figura 5 - Apoio ou aversão à criação da política de Renda Básica no Rio de Janeiro, segundo a avaliação da gestão da Prefeitura (%)

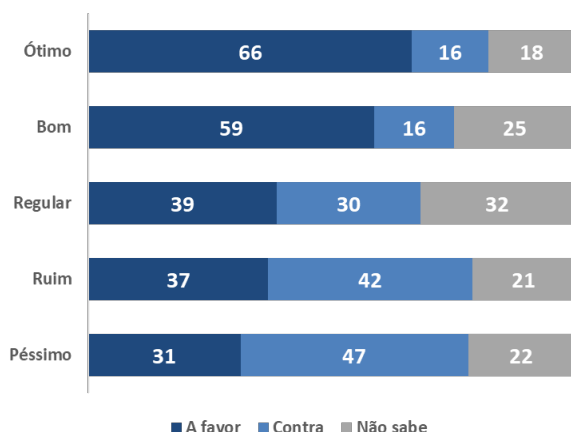
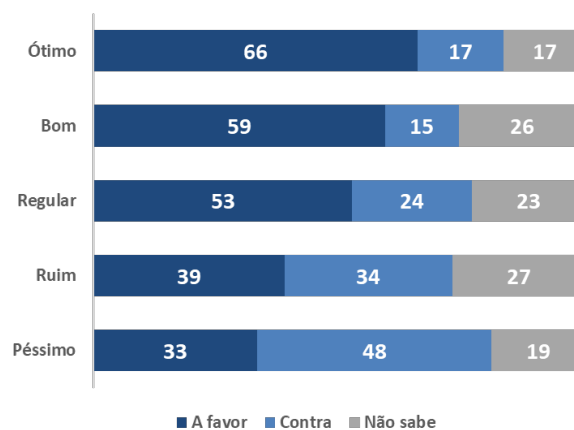


Figura 6 - Apoio ou aversão à criação da política de Renda Básica no Rio de Janeiro, segundo a avaliação da gestão da Assistência Social da Prefeitura (%)



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo com dados da pesquisa Rio21 (2024).

Os dados, no entanto, não apontam a direção da relação entre as duas variáveis, se por avaliar bem o governo Lula e o governo Eduardo Paes, logo se diz mais favorável à criação da política. Ou, em sentido oposto, por ser mesmo favorável à implementação da política de renda básica - que está na agenda dos dois governos avaliados pela pesquisa - logo o entrevistado avalia mais positivamente os dois governantes. Para compreender isso, talvez, seja necessária uma outra investigação mais densa e com base no método qualitativo.

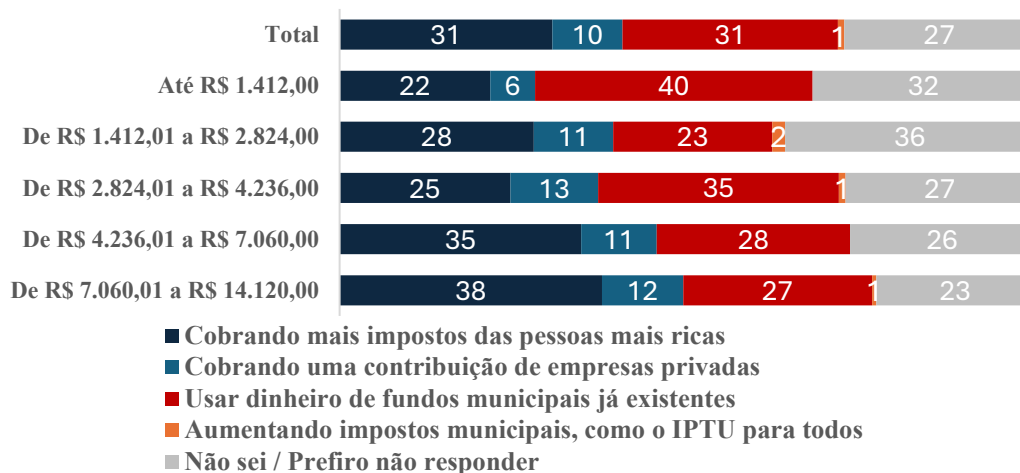
Adicionalmente, a pesquisa do Instituto Rio21 permitiu conhecer os apontamentos dos cariocas para o financiamento da política de Renda Básica na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a figura 7, 31% dos entrevistados apontaram o “uso de dinheiros de fundos municipais já existentes”, por exemplo, pode ser possível o uso do Fundo Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, fundo contábil-financeiro da prefeitura que provêm recursos para a execução das políticas da área no município. Esta escolha tende a não incidir diretamente no bolso do cidadão, uma vez que não há novas

cobranças diretas. Esta opção é mais apoiada pelos entrevistados de menor faixa de renda familiar do que se compararmos com os entrevistados de maior renda.

Ao mesmo tempo, outros 31% dos entrevistados indicaram “a cobrança de mais impostos das pessoas mais ricas”, um mecanismo tributário relevante para a redistribuição de renda na sociedade que em nível municipal pode ser operado através da cobrança progressiva de IPTU. O interesse por esta opção aumenta, assim que o entrevistado aumenta de renda, ou seja, os mais impactados apoiam mais este recurso que os menos afetados. Há ainda o aumento de mais impostos de empresas, conforme indicado por 12% dos entrevistados (figura 7).

É importante apontar que o município de Maricá possui recebimento elevado de recursos por meio de royalties de petróleo, ao passo que isso não é uma realidade da capital fluminense. Apesar dessas diferenças e dos custos necessários para manter o funcionamento de uma cidade grande com seus 6 milhões de habitantes e todos os desafios e complexidades existentes, a implementação de uma nova política municipal necessita de vontade política e esforço contábil-orçamentário.

Figura 7 – Fontes de financiamento indicadas pelos entrevistados para a política de renda básica para a cidade do Rio de Janeiro (%)



Fonte: Elaborada pelos autores deste artigo com dados da pesquisa Rio21 (2024).

Por fim, a pesquisa do Rio21 também possibilitou mensurar o grau de conhecimento que o carioca tem a respeito da política de renda Básica de Cidadania de Maricá, a experiência concreta mais marcante desta modalidade de política pública no Brasil.

Considerando toda essa experiência, a política maricaense é razoavelmente conhecida pelos cariocas, sendo que Maricá está 59 quilômetros distante da capital

fluminense. Por exemplo, 58% dos entrevistados conhecem a política em alguma medida. E, em detalhe, 7% dos cariocas mencionaram que a conhecem “muito bem” e outros 12% que a conhecem “bem”, além de 40% dos entrevistados que mencionaram “já ter ouvido falar”, a categoria de menor nível de conhecimento. Por outro lado, 42% da amostra - a opção de resposta mais frequente - apontou não conhecer a política de Renda Básica de Cidadania de Maricá.

No município de Niterói (RJ), cidade vizinha à capital carioca, entre 2020 e 2021, foi implementada de forma emergencial e temporária uma política de Renda Básica voltada a mitigar os efeitos da pandemia. Com uma mudança de concepção, em 2022, após finalizar a anterior, foi implementada uma outra política, de forma definitiva pela prefeitura, com a alcunha de Bolsa Araribóia (Medeiros; Diop; Araujo; Lopes, 2022). Assim, a temática desta modalidade de política pública ronda o território carioca, mas talvez não tenha grande cobertura da mídia da capital a ponto de ser mais conhecida e demandada pela população.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mecanismos de economia política para a consolidação da política de renda básica na cidade do Rio de Janeiro estão cada vez mais consolidados. Em 2020, a Câmara de vereadores da cidade aprovou uma política nomeada como “renda básica”, todavia, tinha uma configuração diferente do atual projeto “carioquinha”. Em uma vitória política dos vereadores frente ao então prefeito Marcelo Crivella, a lei municipal foi aprovada, mas vetada pelo então líder do Poder Executivo municipal. Todavia, seu veto foi derrubado, colocando o tema de vez na agenda pública. Apesar disso, a política nunca foi implementada.

A iniciativa em debate na Câmara de Vereadores, desde 2024, segue um modelo alinhado às demais iniciativas em curso no estado do Rio de Janeiro: transferência de renda por meio de moeda social digital local emitida por banco comunitário para estimular o consumo na cidade e reduzir a pobreza.

O modelo de política pública em curso nas cidades do interior, como Maricá, tem ganhado grande evidência da mídia, da academia e do meio político tanto no Brasil, quanto no exterior. Esse alinhamento carioca ao modelo que tem gerado resultados sociais e econômicos expressivos tende a gerar ainda mais visibilidade, por ser a cidade

do Rio de Janeiro, que naturalmente desperta maior atenção da mídia e da política por ter sido um distrito federal e uma cidade famosa no mundo. Isso tende a ser algo extremamente positivo para o campo da renda básica.

Pela ótica do carioca, a implementação de uma política de renda básica na capital fluminense é amplamente favorável. Afinal, 47% dos cariocas apoiam a criação da política na cidade, ao passo que 29% são contrários. Esse apoio é maior na região central da cidade (62% são favoráveis) e na Zona Norte (52% são favoráveis).

Adicionalmente, quanto mais jovem é o carioca, maior tende a ser o percentual de favoráveis, dado que 62% dos entrevistados com idade entre 16 e 24 anos são favoráveis e esse percentual reduz até 36% dentre os entrevistados com 60 anos ou mais.

A pesquisa do Rio21 possibilitou conhecer como os cariocas gostariam de financiar a política de Renda Básica na cidade do Rio de Janeiro. Assim, 31% dos entrevistados apontaram o “uso de dinheiros de fundos municipais já existentes”, sem pesar no bolso do cidadão, e na mesma medida, ou seja, outros 31% dos entrevistados apontaram “a cobrança de mais impostos das pessoas mais ricas”, que pode gerar maior impacto na redistribuição de renda na sociedade. As demais opções de resposta tiveram percentuais bem abaixo dessas duas opções.

A política maricaense é bem conhecida pelos cariocas, uma vez que 58% dos entrevistados mencionaram conhecer a política em alguma medida. De modo específico, quase 20% dos cariocas mencionaram que a conhecem “muito bem” ou “bem” e outros 40% dos entrevistados mencionaram que já “ouviu falar”. Em outra perspectiva, 42% dos entrevistados disseram não conhecer a política de Renda Básica de Cidadania de Maricá.

O *survey* utilizado para promover a discussão sobre a criação de uma política de renda básica na cidade do Rio de Janeiro é um *survey on-line*. Em geral, este tipo de abordagem metodológica costuma ter viés, dado que ele não alcança toda a população pesquisada, ou seja, não oferece chance de todos os cariocas de serem entrevistados. Apesar disso, há rigor na montagem da amostragem não probabilística de modo a garantir sua representatividade em variáveis tidas como relevantes para o estudo.

Além disso, o tema central do *survey* é a cidade do Rio de Janeiro e o monitoramento proposto pelo Rio21 e não debater sobre renda básica. Todavia, o espaço utilizado é importante para promover o tema e possibilita ser incluído no monitoramento do instituto a cada ano – ou período maior – de modo a permitir acompanhar a percepção da população a respeito do tema. Afinal, em 2025 foi realizado o 24º encontro da Basic

*Income Earth Network*<sup>14</sup>, em Niterói (RJ), portanto, o tema segue na agenda da região metropolitana do estado.

O esforço pela ampliação das experiências concretas de políticas no âmbito da assistência social é importante para o país e para a luta pela eliminação da pobreza e redução das desigualdades. Na ocasião da sanção da Lei Federal nº 10.835/2004, Celso Furtado enviou uma mensagem para o presidente Lula e destacou que "o Brasil, um dos últimos países a abolir o trabalho escravo, será referido como o primeiro que institui um sistema de solidariedade tão abrangente e, ademais, aprovado pelos representantes de seu povo". Todavia, a política pública universal nunca foi implementada, nacionalmente, prevalecendo políticas focalizadas, como o Bolsa Família. As experiências municipais no estado do Rio de Janeiro contribuem com a criação da política em âmbito nacional ao demonstrar resultados sociais e econômicos locais e, decisivamente, a experiência carioca tende a contribuir ainda mais com este percurso pela visibilidade que a cidade possui na mídia e na esfera política.

## REFERÊNCIAS

BAHIA, L. **O sistema de saúde brasileiro entre normas e fatos: universalização mitigada e estratificação subsidiada.** Rio de Janeiro, *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(3):753-762, 2009.

BALAKRISHNAN, S; COSTA, R; HAUSHOFER, J; WALTENBERG, F. **Welfare Effects of a Permanent Unconditional Cash Transfer Program: Evidence from Maricá, Brazil.** National Bureau of Economic Research, Working Paper 33089, 2024.

DRAIBE, S.; FONSECA, A. M.; MONTALI, L. **Programas de renda mínima para famílias carentes: levantamento das experiências e metodologia de avaliação.** Brasília, Texto para discussão do IPEA, 1998.

FAGNANI, E. **Seguridade social: a experiência brasileira e o debate internacional.** Análises e propostas, Friedrich Ebert Stiftung, n. 42, dez. 2011.

---

<sup>14</sup><https://www.bien2025.com.br/>

FAGNANI, E. **O capital contra a cidadania**. Texto para Discussão (Campinas), v. 314, p. 1-20, 2017.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

GAMA, A. **We take mumbucas. Charting the Complementary Currency That's Transforming a Brazilian City**. Jain Family Institute: research paper, June, 2023.

GUERRA, J. A.; SÁEZ, M. T.; BARROSO, E. **La opinión pública en la teoría de Administración Pública**. Gestión y Análisis de Políticas Públicas, [S. l.], n. 22, p. 6–23, 2019. DOI: 10.24965/gapp.i22.10653.

LAVINAS, L.; COBO, B.; WALTENBERG, F.; VEIGA, A.; MÉNDEZ, Y. S. **Percepções sobre desigualdade e pobreza: o que pensam os brasileiros da política social**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2014.

LAVINAS, L. **21st Century Welfare**. New Left Review, 2013.

MEDEIROS, J. **Renda básica na mídia: uma síntese analítica da cobertura midiática brasileira entre 2017-2020**. LUGAR COMUM, v. 63, p. 34-61, 2023.

MEDEIROS, J., PIRES, Y. T. **Exemplo de Maricá: características e limitações de experiências de renda básica no Brasil** *In*: Estudos maricaense: o município de Maricá em debate / organização Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR), Maricá, RJ: Editora Instituto Darcy Ribeiro, 2021.

MIRANDA, G. L. **O ciclo de política como campo estratégico: o caso do benefício de prestação continuada**. Dados, v. 56, n. 2, p. 439–482, abr. 2013.

NETTLE, D.; JOHNSON, E.; JOHNSON, M.; SAXE, R. **Why has the COVID-19 pandemic increased support for Universal Basic Income?**. Humanities and Social Science Communications, 8, 79, 2021.

OLIVEIRA, R. G. B.; NERI, M. **Impactos de Incentivos Financeiros sobre o Desempenho Escolar: Evidências do Programa Cartão Família Carioca**. Ensaios Econômicos EPGE nº 772, 2015

TEIXEIRA, S. M. **Emancipação**, Ponta Grossa, 10(2): 535-549, 2010.

SOUZA, P. F. S.; OSÓRIO, R. G.; PAIVA, L. H.; SOARES, S. **Os efeitos do programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. Texto para discussão 2499, Rio de Janeiro, agosto de 2019.

SUPLICY, E. M. **Renda Básica: A resposta está sendo soprada pelo vento**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 23, n. 2, p. 233–248, abr. 2003.

VAN PARIJS, P. **Capitalismo de renda básica**. Lua Nova, São Paulo, n. 2, 1994.

VAN PARIJS, P. **Por que os surfistas devem ser alimentados: o argumento liberal em defesa de uma renda básica incondicional.** Revista Brasileira de Ciência Política, n. 15, p. 229–269, set. 2014.

VANDERBORGHT, Y; VAN PARIJS, P. **Renda básica de cidadania: argumentos éticos e econômicos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

WALTENBERG, F; KATZ, P. **Renda básica e economia solidária: o exemplo de Maricá.** São Paulo: Editora Cortez, 2023.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.